

**LINGUAJAR OU LÍNGUA(GEM): UMA ANÁLISE
DO VOCABULÁRIO GÍRIO PRESENTE EM UMA COMUNIDADE
DE FALA MARGINALIZADA**

Eliane Souza Pereira (UESB)

elianespereira@live.com

Valéria Viana Sousa (UESB)

valeria.viana.sousa@uesb.edu.br

RESUMO

Comunidades de práticas derivam-se das comunidades humanas de fala e são constituídas por pluralidades de perfis que se identificam em suas práticas sociais. Em uma comunidade de prática, é comum o aparecimento de variações linguísticas que, ao tempo em que são recursos interativos para o grupo, também os caracterizam. Um desses tipos de variação linguística comum e muito produtivo nas línguas são as gírias, formado por vocábulos já existentes no idioma que passam por mudanças semânticas e/ou formais. Esse fenômeno linguístico, presente, geralmente, em grupos marginalizados, assume o propósito de elemento edificador da identidade de seus integrantes e promove a proteção do conteúdo falado e a originalidade do grupo, ao passo que é um produto sociolinguístico estigmatizado. Diante disso, neste trabalho, por meio dos pressupostos teórico-metodológicos da Teoria da Mudança e Variação Linguística (LABOV, 2008), investigamos, de forma qualitativa, a relação entre essa linguagem gíria e as internas de um presídio baiano. Nosso objetivo foi analisar a formação dessa variação e correlacionar as variáveis extralinguísticas ao seu surgimento e produção; trazer reflexões a respeito de como esse vocabulário é prestigiado e/ou estigmatizado dentro do vernáculo do Português Brasileiro; e revelar fatos que atingem parte da população feminina. Os resultados parciais demonstraram a presença dos vocábulos gírios na comunidade de prática analisada, enquanto possível instrumento para a (re)construção de suas identidades e de código criptográfico para proteção de suas falas, e sinalizaram a ocorrência de uma possível estigmatização dessa forma de linguagem.

Palavras-chave:

Sociolinguística. Mulheres encarceradas. Gírias de grupo.

ABSTRACT

Communities of practice derive from human speech communities and are constituted by pluralities of profiles that are identified in their social practices. In a community of practice, it is common for linguistic variations to appear which, while being interactive resources for the group, also characterize them. One of these common and very productive types of linguistic variation in languages is slang, formed by words that already exist in the language that undergo semantic and/or formal changes. This linguistic phenomenon, usually present in marginalized groups, assumes the purpose of an element that builds the identity of its members and promotes the protection of the spoken content and the originality of the group, while it is a stigmatized sociolinguistic product. Therefore, in this work, through the theoretical-methodological

assumptions of the Theory of Change and Linguistic Variation (LABOV, 2008), we qualitatively investigate the relationship between this slang and the inmates of a Bahian prison. Our objective was to analyze the formation of this variation and to correlate the extralinguistic variables to its emergence and production; bring reflections about how this vocabulary is prestigious and/or stigmatized within the Brazilian Portuguese vernacular; and reveal facts that affect part of the female population. The partial results showed the presence of slang words in the community of practice analyzed, as a possible instrument for the (re)construction of their identities and of a cryptographic code to protect their speeches, and signaled the occurrence of a possible stigmatization of this form of language.

Keywords:

Sociolinguistics. Group slang. Incarcerated women.

1. Introdução

As comunidades de práticas, conforme compreendemos em Eckert (2014) podem ser definidas como um conjunto de pessoas reunidas em torno de objetivos e/ou conjunturas comuns, como por exemplo, o grupo de mulheres encarceradas, que compartilham do mesmo ambiente prisional. Esses pontos em comum e a relação entre os membros desse grupo estruturam socialmente esta comunidade, que podem compartilhar de regras, costumes e linguagem próprios. Uma dessas formas linguagem manifesta na língua, a partir de variações linguísticas dentro do próprio idioma, como é o exemplo das Gírias de Grupo, fenômeno sociolinguístico que, conforme define Preti (1984; 2006 [2004]), constitui-se como um elemento identificador do grupo, recurso de proteção da fala, presente, principalmente em grupos marginalizados, como é o caso da nossa comunidade de prática estudada, as mulheres encarceradas.

As Gírias de Grupo geralmente são formadas por léxicos presentes no idioma, mas que, a partir de mudanças semânticas ou formais, por meio do processo de metaforização (Cf. PRETI, 1984), tornam-se códigos para o grupo de produção. Essa variação é notada de forma mais recorrente em grupos marginalizados e foram muitas vezes denominadas de “linguajar” por estudiosos, demonstrando uma posição preconceituosa da variação (Cf. PRETI, 2006 [2004]; MATOS, 2014). Assim, apesar de constituir essa ferramenta criptológica e identificadora, presente no Português Brasileiro, ela carrega o estigma que a comunidade de prática, que, quanto mais afastada estiver dos preceitos padronizados de valor da população, mais estigmatizada será (Cf. GNERRE, 2009). Diante disso, selecionamos como objeto de pesquisa, as Gírias de Grupo presentes na linguagem de mulheres encarceradas.

A população carcerária feminina brasileira é atingida por problemas estruturais e políticos, comuns no sistema prisional brasileiro como um todo, mas sofrendo a potencialização desses problemas, que violam direitos fundamentais, em razão da desigualdade de gênero estrutural, e, em muitos casos, também em função do racismo presente em todas as estruturas sociais do nosso país (Cf. CNBB, 2016; BRASIL, 2017). Assim, negligenciadas pelo Estado, que tem a tutela desse grupo, e marginalizadas pela sociedade, as mulheres encarceradas constituem-se uma comunidade de prática invisibilizada, mas que ali, naquela “sociedade dentro da sociedade” (SPARKS, 1971 *apud* THOMPSON, 2002, p. 22), produz sua própria forma de linguagem a partir da variação linguística, como as Gírias de Grupo. Essa linguagem surge como uma forma de proteção da fala e de identificação após passar pelo processo de prisionização e retirada da identidade.

Assim, diante dessas constatações, a partir de pressupostos teóricos da Teoria da Mudança e Variação Linguística (Cf. LABOV, 2008 [1972]; 2010[1994]), realizamos uma investigação de caráter analítico qualitativo na comunidade de prática de mulheres encarceradas no Presídio de Nilton Gonçalves, na cidade de Vitória da Conquista, Bahia.

Diante disso, com os objetivos de tecer uma relação entre as variáveis extralinguísticas e o surgimento dessa variação naquele grupo; refletir a respeito de prestígio e estigmatização como determinantes para o uso ou não uso de uma variação linguística; e a fim de trazer fatos como uma fotografia das questões que atingem essa população feminina encarcerada, questionamos (i) qual a relação na produção e reprodução da gíria no ambiente prisional feminino com a vida das internas presas? e (ii) de que modo a classificação dessas gírias enquanto prestígio ou estigmatização influenciam em seu uso?

Nossas hipóteses foram pela relação intrínseca entre os vocábulos gírias e essas mulheres encarceradas, ao qual ela é inserida no vernáculo individual e do grupo a fim de marcar a identidade do grupo, ressignificar a identidade pessoal, seguir as regras de convivência; e que o seu uso ou não uso por parte das internas estejam ligadas a classificação da gíria prisional enquanto uma variação estigmatizada.

Destarte, nosso trabalho é estruturado da seguinte maneira: (i) a presente introdução, dissertando sobre os motivos de realização da pesquisa e apresentação da questão problema e hipóteses; (ii) em seguida, trazemos referenciais teóricos a fim de subsidiar a análise e entendimento da pesquisa; (iii) logo depois, descrevemos os métodos utilizados para a

realização da investigação; (iv) após os métodos, fazemos a apresentação dos resultados da pesquisa a partir da utilização dos pressupostos teóricos e metodológicos, fazendo reflexões a partir da análise do estudo; (v) e, por último, fazemos nossas reflexões finais, seguidas das referências.

2. *Gírias de Grupo, linguajar ou linguagem?*

As gírias de grupo são fenômenos sociolinguísticos definidos como criptográficos, que tem a função de tornar a língua secreta, presente, muitas vezes, em grupos marginalizados pela sociedade (Cf. PRETI, 2006 [2004]). Em razão disso, essa variação linguística foi denominada como um “linguajar” – no sentido pejorativo da palavra – por estudiosos da língua e por muito tempo é descrita a partir de posições preconceituosas (Cf. MATOS; 2014; PRETI, 2006 [2004]). Diante disso, entendemos, a partir de Preti (1984) e de Rector (1975), que a gíria herda o estigma e marginalização direcionada à população de prática falante para a língua falada, refletindo o preconceito linguístico como um preconceito social ligado a quem fala.

Diante disso, nas subseções seguintes trataremos da presença das gírias de grupo nas comunidades de práticas formadas por pessoas encarceradas e dissertaremos a respeito do preconceito linguístico direcionado a esses tipos de variações, buscando entender a influência desse fator de posição diante da variação com o seu uso ou não.

2.1. *As gírias de grupo e sua presença em comunidades de práticas encarceradas*

As gírias são recursos expressivos que constituem como instrumento de defesa e de edificação da identidade de determinado grupo (Cf. PRETI, 1984; RECTOR, 1975). Elas são classificadas como variações linguísticas que ocorrem, geralmente, em dimensões lexicais e diastráticas, com ocorrência, muitas vezes, em comunidades de práticas formadas por pessoas desfavorecidas e/ou isoladas socialmente, a exemplo das mulheres em privação de liberdade.

Sua presença em comunidades de práticas marginalizadas pode ser explicada em razão da sua função no vernáculo dessa comunidade, que, como já foi dito, assume o propósito de criptografar a linguagem, estruturar a identidade e proteger o grupo falante. Assim, ela se constitui como um elemento que irá suprir as necessidades de determinado grupo, apli-

cando na língua elementos necessários para resistirem à exclusão imposta, seja os grupos oprimidos pela sociedade que são excluídos de forma indireta, bem como os grupos que são isolados compulsoriamente, como o caso das mulheres encarceradas (Cf. OLIVEIRA, 2006).

Nessa perspectiva, Preti (1984, p.3) afirma que a Gíria de Grupo enquanto fala restrita do grupo pertencente “(...) servirá como elemento identificador, diferenciando o falante na sociedade e servindo como meio ideal de comunicação, além de forma de autoafirmação”. Além disso, o autor ainda completo que esse vocabulário inserido no vernáculo desse grupo pode ser uma das únicas formas de realização pessoal e identificação da pessoa detida, já que a partir desse elemento que ela resistirá ao processo de despersonalização inevitável, produzida pela situação carcerária (Cf. PRETI, 1984).

Diante disso, Preti (1984, p. 25) escreve que “(...) a visão trágica da vida na prisão e da condição de prisioneiro são ressaltadas pelo metafórico gírio que expressa, não raro, o desprezo do homem pela sua própria condição de preso, subestimando-se e subestimando o grupo que o segrega”. Assim, as gírias de grupo irão, em sua maioria, mostrar marcas do cotidiano prisional, acarretado por precariedades, conflitos e violações de direitos.

Nesse sentido, em razão de estarem obrigatoriamente presas no ambiente prisional, especificamente nos grupos de pessoas em privação de liberdade, a adesão dessa linguagem ocorre de forma diferente dos demais grupos. De acordo com Preti (1984), a aprendizagem dessa linguagem configura como uma forma de ser aceito e inserido no grupo, podendo até ser uma forma de cumprir as regras e não sofrer violência internamente. Citando Ferreiro, Preti (2006 [2004]) ainda afirma que

[...] em contextos fechados como as penitenciárias, onde comumente ocorre a formação de grupos, os novos detentos, antes de serem aceitos no grupo, são submetidos, às vezes, a um aprendizado, que consiste na decoração de listas de vocábulos ou histórias cifradas com vocabulário secreto, que lhes servirão de código nas interações dentro do presídio. É o caso, por exemplo, da linguagem da máfia, na Itália. (Ferreiro, E., 1972:289). Uma vez iniciados na gíria do grupo a que desejam pertencer, esse vocabulário será sua senha e seu código lingüístico de segurança. (PRETI, 2006 [2004], p. 90)

Destarte, em síntese, concluímos que a Gíria de Grupo se constitui uma ferramenta sociolingüística valiosa para as comunidades de práticas em privação de liberdade, uma vez que se configura como um ele-

mento expressivo, que promove a identificação dos membros de determinado grupo. Além disso, percebemos que reflete o ambiente em que vivem, associando o seu uso a uma forma de ser inserido e aceito no grupo.

2.2. A estigmatização da Gíria de Grupo: Preconceito Linguístico é(e) social

Labov (2008 [1972]) descreveu a língua natural como um fenômeno heterogêneo, passível de sofrer variações, assim, podemos sugerir que não há falantes que não utilizem variações linguísticas, no entanto, embora essa seja a realidade linguística, nem todas as variações são aceitas. Dentre as variações que ocorrem no idioma, existem as que são prestigiadas e as que são estigmatizadas (Cf. PRETI, 2006 [2004]), a primeira deixa uma marca despercebida na língua, uma vez que é aceito pelo padrão imposto na sociedade, enquanto que a segunda é vista como uma forma errada de falar, passando o falante que a utiliza, muitas vezes, a sofrer preconceito linguístico.

O preconceito linguístico se manifesta a partir de comentários peyorativos e excludentes, podendo chegar à violência e exclusão dos falantes de determinados ambientes por utilizarem de uma variante de estigma. Assim, ao provocar essa violência e exclusão, o preconceito linguístico fere a identidade, a originalidade e a dignidade de um grupo e de seus membros, como o caso da maculação das Gírias de Grupo, muitas vezes taxadas de inapropriadas (Cf. SCHERRE, 2008). Nesse sentido,

[...] O preconceito linguístico, todos eles – atinge um dos mais nobres legados do homem, que é o domínio de uma língua. Exercer isso é retirar o direito de fala de milhares de pessoas que se exprimem em formas sem prestígio social. Não quero dizer com isso que não temos o direito de gostar mais, ou menos, do falar de uma região ou de outra, do falar de um grupo social ou de outro. O que afirmo e até enfatizo é que ninguém tem o direito de humilhar o outro pela forma de falar. Ninguém tem o direito de exercer assédio linguístico. Ninguém tem o direito de causar constrangimento ao seu semelhante pela forma. (SCHERRE, 2008, p. 1)

Desse modo, o preconceito linguístico representa uma forma de opressão às variedades presentes em uma língua, demonstrando um desrespeito não somente às diferenças linguísticas, mas a elas e ao seu entorno, formado por diferenças culturais, históricas e sociais.

Dessa forma, é possível entender que o estigma que taxa determinada variação como imprópria de falar, é sustentada a partir de uma imposição do padrão taxado como culto, correto e fundado em uma ideolo-

gia de grupos sociais dominantes. Isso ocorre porque a fala em si é também um elemento que sofre influência ideológica, já que a língua, enquanto fenômeno social, não está imune a carga ideológica dos falantes e do social. Nesse sentido, o que é de prestígio ou o que é estigmatizado está associado aos valores sociais (Cf. BAKHTIN, 1999; BRITTO, 2002; BAGNO, 2010), ou seja, não há um padrão neutro, mas um padrão dominante, que impõe a sua forma em detrimento das demais e, assim, as demais variações são desvalorizadas e oprimidas.

Diante disso, podemos notar que a separação entre grupos sociais, na qual quem tem maior poder econômico é mais prestigiado e dita as normas de convivência e comportamento, é refletida também na língua. Assim, vão existir os falantes de determinada variedade como os falantes corretos, padrões, e os falantes que são considerados marginais, de baixa escolaridade e sem cultura (Cf. GNERRE, 2009). A partir disso, é possível afirmarmos que o preconceito linguístico é um mecanismo de opressão e discriminação de sujeitos, grupos e classes sociais (Cf. BAGNO, 2010), como as gírias, que, historicamente, estão relacionadas a grupos marginalizados, incluídas no grupo das variações estigmatizadas. Nesse sentido, Preti (1984) afirma que:

O problema do prestígio linguístico com a gíria ainda pode ser observado, na época contemporânea desmistificação do vocabulário gírio, perdidas ou diminuídas suas conotações de “linguagem baixa”, “má linguagem”, “linguagem de malandro”, etc., marca advinda, provavelmente, de sua ligação com a vida desonesta ou marginal. Nesse sentido, vale lembrar que, para os criminologistas do fim do século, discípulos de Lombroso, “era necessário reunir, numa mesma condenação moralística, a gíria e os falantes da gíria”, conforme nos mostra Ernesto Ferrero. Por isso, Alfredo Niceforo classificava a gíria de “obscena e repugnante como um sapo viscoso” e via nela, à maneira naturalista, “uma língua cheia de plasmas estranhos, de desnudamentos obscenos, que circula como linfa envenenada por todos os tecidos mórbidos da baixa sociedade e, circulando, leva seus poderes tributos de plasma mais distantes regiões do organismo”. (PRETI, 1984, p. 21-2)

Destarte, podemos indicar que o cenário social de opressão e exclusão é refletido na língua falada e na forma de enxergar e se posicionar diante de uma variação linguística (Cf. GNERRE, 2009). E, diante disso, uma das posições se manifesta a partir do preconceito linguístico, que podemos, a partir do exposto, caracterizá-lo também como um preconceito social, ao qual atinge as variedades linguísticas e seus usuários, por não encaixarem no modelo de prestígio padrão, o que é possível sugerir que as pessoas em privação de liberdade sofrem por estarem em situação de marginalização pela sociedade. Assim, em razão de ser um grupo

formado por pessoas que foram introduzidas no ambiente de forma compulsória, advindas de ambientes e vivências diversas, pode haver diferenças ou resistências quanto ao uso da Gíria de Grupo.

3. Resultados e Discussões

Guiados pelas considerações teórico-metodológicas, realizamos nossa pesquisa com a comunidade de prática composta pelas internas do Conjunto Penal Advogado Nilton Gonçalves, e, dessa forma, neste tópico, apresentamos os resultados parciais dessa investigação. Destarte, na primeira subseção, iremos apresentar o perfil social das informantes, enquanto que na segunda subseção, iremos tratar a respeito das Gírias de grupo e seu uso ou não pelas internas, assim como informar a relação de prestígio, estigmatização e preconceito linguístico nessa situação.

3.1. O perfil social das informantes

Com o propósito de desenhar o retrato das integrantes da comunidade de prática estudada, apresentamos o perfil social das informantes, elaborado a partir dos dados colhidos durante a entrevista e com o preenchimento da ficha social. Assim, a seguir, elencamos dados sociais das 13 (treze) mulheres entrevistadas, no período de dezembro de 2019 a janeiro de 2020, no Conjunto Penal Advogado Nilton Gonçalves e, em seguida, tecemos nossas conclusões a respeito da análise qualitativa dos dados.

Das 13 (treze) mulheres que participaram da entrevista: 69% (sessenta e nove por cento) se autodeclararam negras (preta ou parda), enquanto que 37% (trinta e sete por cento) se autodeclararam brancas; 31% (trinta e um por cento) informaram não possuir escolaridade; 31% (trinta e um por cento) relataram ter apenas Ensino Fundamental completo ou incompleto; 23% (vinte e três por cento) revelaram ter Ensino Superior completo ou incompleto; enquanto que 15% (quinze por cento) esclareceram possuir Ensino Médio completo ou incompleto; 63% (sessenta e três por cento) declararam ser solteiras, enquanto que 37% (trinta e sete por cento) declararam serem casadas ou viverem em união estável.

Diante disso, com base nos dados coletados, podemos constatar que a maioria das mulheres encarceradas é negra e que cerca de 62% (sessenta e dois por cento) possuem, no máximo, o Ensino Fundamental completo. Esses dados nos permitem inferir que a baixa escolaridade é

um problema social que marca a maioria das entrevistadas. Fatores esses, que nos permitem, ainda, inferir que as entrevistadas já adentraram no presídio, advindas de lugares na sociedade de vulnerabilidade econômica e/ou social, como o fato de não terem oportunidade de possuir uma escolaridade média ou superior, e de serem parte de uma população que pode ser acometida pela desigualdade racial.

Além dos dados formados a partir do preenchimento objetivo da ficha social, pudemos constatar, a partir da interpretação qualitativa de relatos durante a entrevista, que há a ocorrência de violação dos direitos fundamentais assegurados à pessoa encarcerada, como tratamentos desiguais e violência por parte do Estado e das próprias internas e distribuição desigual de materiais entre as alas femininas e masculinas. Além disso, pudemos observar que todas as entrevistadas faziam uso de medicamentos receitados para ansiedade e/ou depressão, e que, durante as entrevistas, as informantes demonstraram grande sofrimento e emoção, ao falar da vida na prisão e da saudade da família.

Ante o exposto, na análise, constatamos, por meio dos dados, que a realidade carcerária das mulheres internas padece dos problemas que relatamos a respeito da população carcerária brasileira e que, assim, o ambiente, também, encontra-se em conformidade com as afirmações da Pastoral carcerária por meio de seu relatório de 2016 (CNBB, 2016). Por fim, os dados ainda nos mostraram que a saúde mental é um problema que assola a comunidade de prática analisada.

3.2. *A Gíria de grupo e a Estigmatização*

As informantes ao longo das entrevistas falavam, possivelmente, de forma não monitorada, gírias que poderiam ser consideradas Gírias de Grupo, no entanto, ao serem questionadas a respeito do uso ou não das entrevistas, algumas delas negaram o uso, afirmando não ser uma linguagem ideal de ser utilizada ou sofreu repressão por parte de alguém pelo não uso, conforme podemos verificar nos enunciados a seguir:

Excerto 01 – “minha mãe fala, tu tá falando isso porque, quando eu falo ‘minha mãe vai no boi⁴⁸, vai no banheiro”

Excerto 02 – “Não, não porque já pensou eu tá no lugar e falar ‘moço deixa eu ir no boi?... Tem as gírias, mas eu não gosto de falar das gírias”

⁴⁸ Refere-se a banheiro/sanitário.

Além disso, obtivemos afirmação de que a linguagem é utilizada e inserida de forma natural no vernáculo a partir da convivência no ambiente prisional:

Excerto 03 – “A gente fala, sim, acontece muito de você falar as coisas que é, banheiro aqui a gente chama boi, minha mãe mesmo fala ‘você não fica falando essas coisas não, quando você sair pra rua vai ficar usando essas palavras’ ai mãe, eu escuto isso todos os dias como que eu não vou falar”

Ademais, ao falar das regras pactuadas entre as internas, notamos que há o uso dos vocábulos Gírios para o seu cumprimento, conforme podemos inferir a partir dos excertos abaixo:

Excerto 03 – “...tem as regras, cê tem que respeitar o outro, então aqui é a jega⁴⁹ da pessoa, porque quando eu entrei aqui era muito cheio, maioria dormia no chão, que a gente chama de praia, e as camas são as jegas, que são as comarcas”.

Excerto 04 – “quem dorme no chão é que dorme na praia, lá em Jequié eles falam pista⁵⁰, quem dorme no chão dorme na pista, e aqui a gente fala que dorme na praia”

Excerto 05 – “quem era mais antigo dormia na jega, e quem era mais novo dormia na praia”

Excerto 06 – “por exemplo, tem as regras, se alguém desobedecer as regras aí a pessoa vai lá vai conversar, vai dá uma um castigo, uma disciplina, é que às vezes tinha as pessoas as que não limpava as camas ou fazia alguma coisa errada, perde a jega, e vai dormir na praia... é uma coisa que é do pátio”

Excerto 07 – “Aqui por exemplo, pra gente entrar numa cela a gente tem que dar um salve⁵¹, salve cela tal, se eu moro na cela 1 e vou entrar na cela 2 eu tenho que falar salve, salve cela 2... é tipo batendo na porta pra abrir, aí tu fala salve cela 2, se tiver conversando alguma coisa lá que não pode ouvir aí a pessoa fala salvou, aí eu entro na cela dela, se ela não falar, salvou, eu não posso entrar na cela dela, aí quando a gente chegar na rua, muita gente aqui falou, que fica 3, 4 anos sem sair na rua, aí chega numa loja e fala salve, e tipo, a gente acha graça dessas coisas, eu falo meu Deus do céu, quando eu sair não posso ficar falando essas coisas não, mas assim, você convive todo dia com aquilo e não tem jeito de você não pegar”

⁴⁹ Refere-se à cama existente na cela, ao qual são disponibilizadas às internas.

⁵⁰ Refere-se ao chão, entre uma cama e outra, ao qual as internas dormem quando não há cama disponível para uso em razão da superlotação.

⁵¹ Refere-se à saudação com pedido de permissão para adentrar o ambiente de outra pessoa nas celas.

Excerto 08 – “quem dorme no chão é que dorme na praia, lá em Jequié eles falam pista, quem dorme no chão dorme na pista, e aqui a gente fala que dorme na praia”.

Assim, observamos que o cumprimento de determinadas regras dentro do presídio está condicionado a utilização de Gírias de Grupo, como no exemplo exposto com o vocábulo “salve”. Essa gíria é utilizada para solicitar a permissão de adentrar no ambiente privado de outra pessoa, cumprindo o papel de salvaguardar a privacidade entre as internas, no ambiente prisional.

Dessa forma, constatamos que, para a convivência e cumprimento das regras do grupo, assim como receber aceitação, é necessário que a interna utilize dessa linguagem, ou seja, notamos que existem normas linguísticas dentro da comunidade de prática ao qual fazem as gírias serem de prestígio internamente. No entanto, pode ocorrer que, individualmente, aquele vocábulo gírio seja visto como uma variação estigmatizada e, dessa maneira, não seja utilizada em outros contextos a não ser de forma interna ao grupo.

Além disso, ainda verificamos que a gíria faz parte, de forma intrínseca, da vida no ambiente prisional, tornando parte da cultura do grupo, logo, contribuindo para a edificação da identidade dessa comunidade de prática.

Destarte, diante dos fatos apresentados, podemos inferir que a utilização ou não da variação está associada à necessidade de seu uso no ambiente de origem, ou seja, dentro do grupo. Assim como, o seu uso fora do grupo está ligado à visão ou não da variação como de prestígio ou estigmatização por parte da interna. Logo, ainda que a interna apresente preconceito linguístico sobre as variações, ela poderá utilizá-la dentro do grupo na qual a variação é de prestígio, a fim de cumprir as regras do grupo, ser aceita e respeitada.

4. Considerações finais

O nosso estudo teve como objetivo realizar uma correlação entre as variáveis extralinguísticas observadas na comunidade de prática estudada, com seus membros e a presença da Gíria de Grupo, assim como, a partir daí, objetivamos realizar reflexões a respeito do uso ou não uso, por parte das integrantes no grupo, das variações que ocorrem nessa comunidade, justificando essa utilização com prestígio e estigmatização. Assim, para alcançar esses objetivos, tecemos questionamentos, hipóte-

ses, como, por meio de uma pesquisa qualitativa, guiada pelos preceitos teórico-metodológicos da Sociolinguística, realizamos uma investigação com a população feminina de um presídio da cidade de Vitória da Conquista, na Bahia.

Dessa forma, seguindo a metodologia na captação e análise das amostras, quanto à variação linguística estudada, chegamos à conclusão parcial de que, assim como estudamos em Preti (2006 [2004]), as Gírias de Grupo refletem as vivências e o ambiente em que as informantes vivem, marcados pela precariedade do sistema prisional e pela tristeza de estarem em privação de liberdade; bem como percebemos que essa linguagem pode representar a identidade desse grupo, constituindo uma forma de comunicação interna, ligada à organização normativa (re)produzida por elas. Assim, em razão disso, ainda pudemos sugerir que, em razão desse fato, pode ser inferido que o uso de gírias pode ser objeto de obrigatoriedade para ser aceita ao grupo e cumprir com as regras ditas naquele ambiente; e, por fim, ressaltamos que, por meio desta pesquisa, detectamos a presença de marcas de preconceito linguístico nas falas de algumas internas, quando questionadas a respeito da fala.

Desse modo, diante dessas constatações linguísticas, podemos reiterar a respeito da importância da variação linguística para o Grupo Social de origem, posto isto, para o Português Brasileiro. Ademais, refletimos que, nesse cenário de opressão que as mulheres encarceradas vivem, é imperioso que a Sociolinguística esteja presente enquanto ciência que denuncia os preconceitos sociais e contribui para demonstrar os problemas que marcam nossa sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAGA, Ana Gabriela Mendes. *A identidade do Preso e as Leis do Cárcere*. Dissertação (Mestrado na área de Concentração Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. 215f.

CNBB. *Teoria em tempos de encarceramento em massa*. São Paulo: ASAAC, 2016. p. 125. (Relatório). Disponível em: https://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2016/10/Relatório_Tortura_em_Tempos_de_Encarceramento_em_Massa-1.pdf. Acesso em: 10 nov. 2021, às 16:20.

LABOV, William. *Principles of Linguistic Change*. Vol. 3: Cognitive and Cultural Factors. Oxford: Wiley-Blackwell, 2010. p. 419

_____. *Padrões sociolinguísticos*. Trad. de M. Bagno; M. M. P. Scherre; C. R. Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].

MATOS, Solange Cavalcante de. *A língua dos “filhos errantes da sociedade”: uma análise sociodiscursiva das gírias do sistema penitenciário do interior do Tocantins*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014. 202f.

OLIVEIRA, Maria Luciana Teles. *A Gíria dos Internos da Febem*. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006, 116f.

PRETI, Dino. *Estudos de Língua Oral e Escrita*. 1. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006. 216p.

_____. *A gíria e outros temas*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1984. 130p.

RECTOR, Mônica. *A linguagem da juventude*. Uma pesquisa geosociolinguística. Petrópolis: Vozes, 1975.

THOMPSON, Augusto. *A Questão Penitenciária*. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002. 146p.